

**UNIFESP- Universidade Federal de São Paulo
Especialização em Saúde da Família**

**O Atendimento Educacional Especializado promove a adaptação e
inclusão social de crianças excepcionais**

Aluna: Lucia Naomi Yamamoto

Orientadora: Profa. Vera Lucia Moldes (TCC 41)

**Bom Jesus dos Perdões/SP
2015**

Sumário

| | |
|--|---|
| 1.Introdução..... | 3 |
| 2.Objetivos..... | 4 |
| 2.1 Geral..... | 4 |
| 2.2. Específicos | 5 |
| 3.Metodologia | 5 |
| 3.1. Sujeitos envolvidos no benefício da intervenção | 5 |
| 3.2. Cenário da intervenção..... | 6 |
| 3.3. Estratégias e ações | 6 |
| 3.4. Avaliação e Monitoramento | 6 |
| 4.Resultados Esperados | 8 |
| 5 Cronograma..... | 8 |
| 6.Referências | 9 |

1. Introdução

O AEE (Atendimento Educacional Especializado) é um projeto do Ministério da Educação no qual desenvolve a política de educação inclusiva e pressupõe a transformação do Ensino Regular e da Educação Especial, sendo implementadas diretrizes e ações que reorganizam esse serviço, de um modo que ofereça aos alunos com deficiência a complementação da sua formação e não mais a substituição do ensino regular, com isso, a Secretaria de Educação Especial efetiva um amplo projeto de formação continuada de professores por meio do programa Educação Inclusiva e direito à diversidade, incidindo na organização dos sistemas de ensino nas salas de recursos multifuncionais em turno oposto ao frequentado nas turmas comuns e possibilitando ao professor de rever suas práticas à luz dos novos referenciais pedagógicos da inclusão.

Estudar a educação escolar das pessoas com algum tipo de deficiência nos reporta, não só a questões referentes aos seus limites e possibilidades, como também aos preconceitos existentes nas atitudes da sociedade para com elas, no entanto estudos realizados na última década do século XX e início do século XXI, por diversos autores e pesquisadores oferecem contribuições à educação de alunos com necessidades especiais na escola comum ressaltando a valorização das diferenças no convívio social e o reconhecimento do potencial de cada ser humano. Poker (2001) afirma que as trocas simbólicas provocam a capacidade representativa desses alunos, favorecendo o desenvolvimento do pensamento e do conhecimento, em ambientes heterogêneos de aprendizagem. Diante desse quadro, o importante é buscar nos confrontos promovidos na relação entre as diferenças, novos caminhos para a vida em coletividade, dentro e fora das escolas, não se tratando de trocar a escola excludente especial, por uma escola excludente comum, devendo a inclusão do aluno com necessidades especiais acontecer desde a educação infantil até a educação superior, garantindo-lhe, desde cedo, utilizar os recursos de que necessita para superar as barreiras no processo educacional e usufruir seus direitos escolares, exercendo sua cidadania, de acordo com os princípios constitucionais do nosso país, lembrando que mais do que a utilização de uma língua, os alunos excepcionais precisam de ambientes educacionais estimuladores, que desafiem o pensamento, e explorem suas capacidades em todos os sentidos, sendo a proposta de educação escolar inclusiva um desafio, que para ser efetivada faz-se necessário considerar que os alunos com necessidades especiais tenham o direito de acesso ao conhecimento, à acessibilidade, bem como ao Atendimento Educacional Especializado.

Conforme explicita o documento do Ministério da Educação ⁽¹⁾ “Piaget afirma que a inteligência se constrói mediante a troca entre o organismo e o meio, mecanismo pelo qual se dá a formação das estruturas cognitivas.” O organismo com sua bagagem hereditária, em contato com o meio, perturba-se, desequilibra-se e, para superar esse desequilíbrio e se adaptar, constrói novos esquemas. Dessa maneira, as ações da criança sobre o meio: fazer coisas, brincar e resolver problemas podem produzir formas de conhecer e pensar mais complexas, combinando e criando novos esquemas, possibilitando novas formas de fazer, compreender e interpretar o mundo que a cerca.

A inclusão escolar é a oportunidade para que de fato a criança com deficiência não esteja à parte, realizando atividades meramente condicionadas e sem sentido.

A abordagem pedagógica para as crianças com deficiência múltipla na educação infantil enfatiza o direito de ser criança, poder brincar e viver experiências significativas de forma lúdica e informal. Assegura ainda o direito de ir à escola, aprender e construir o conhecimento de forma adequada e mais sistematizada, em companhia de outras crianças em sua comunidade.

“A educação infantil, nesse contexto, tem duas importantes funções: cuidar 100% e educar 100%. Cuidar tem o sentido de ajudar o outro a se desenvolver como ser humano, atender às necessidades básicas, valorizar e desenvolver capacidades. Educar significa propiciar situações de cuidado, brincadeiras e aprendizagens orientadas de forma integrada que possam contribuir para o desenvolvimento das capacidades infantis de relação interpessoal, de ser e estar com os outros em uma atitude básica de aceitação, respeito, confiança, e o acesso, pelas crianças, aos conhecimentos mais amplos da realidade social e cultural” ^(3,4). (BRASIL, 2003/2006, pp. 23 e 24)

Impor barreiras e destacar sua deficiência pode fazer com que a pessoa sinta-se discriminada ou, sentir-se acolhida, pelas transformações deste ambiente para atender às suas necessidades.

O número de estudantes com algum tipo de necessidade especial cresce a cada ano a rede de ensino. Os dados do instituto nacional de estudos e pesquisas educacionais Anísio Teixeira (INEP) não deixam dúvidas de que o movimento de inclusão no Brasil é irreversível, o crescimento não acontece por acaso.

A Constituição Brasileira de 1988 garante o acesso ao Ensino Fundamental regular a todas as crianças e adolescentes, sem exceção e deixa claro que a criança com necessidade educacional especial deve receber atendimento especializado complementar, de preferência dentro da escola. A inclusão ganhou reforços com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 1996, e com a Convenção da Guatemala, de 2001. Esta última proíbe qualquer tipo de diferenciação, exclusão ou restrição baseada na deficiência das pessoas. Sendo assim, mantê-las fora do ensino regular é considerado exclusão e crime.

Muitas pessoas ainda entendem a Educação Especial como uma modalidade que substitui a escolarização, voltada exclusivamente para crianças com necessidades especiais. Isso significa que uma criança com Síndrome de Down, por exemplo, passaria a infância e a adolescência em uma escola especializada, convivendo apenas com colegas que têm deficiência e recebendo conteúdos escolares e terapias adaptados, mas aos poucos, percebe-se que essa situação vem se alterando e se esclarecendo e hoje, a Educação Especial é entendida como a modalidade de ensino que tem como objetivo quebrar as barreiras que impedem a criança de exercer a sua cidadania, sendo o atendimento educacional especializado apenas um complemento da escolarização, e socialização destas.

2. Objetivos

2.1. Objetivo geral

- Mostrar a importância de se ter um AEE em todas as escolas de educação fundamental;

- Orientar as ações dos municípios para a implementação de programas de formações específicas voltadas à educação especializada;
- Oferecer suporte para as escolas a se prepararem a inclusão de alunos excepcionais.

2.2 Objetivos específicos

- Determinar os aspectos pedagógicos e acadêmicos que fundamentam a formação;
- Orientar os professores-alunos sobre o funcionamento do curso em todos os seus aspectos.

3. Metodologia

Trata-se de uma pesquisa em campo, embasada em exploração e levantamentos bibliográficos, cuja trajetória pauta-se nas leituras metodológicas exploratórias e seletivas do material de pesquisa, bem como na revisão integrativa, contribuindo para o processo de síntese e análise dos resultados obtidos de vários estudos. Sendo que para o desenvolvimento adequado do tema “o AEE promove a adaptação e inclusão social de crianças excepcionais”, foram compilados conhecimentos técnicos-científicos manualmente de livros, textos e artigos científicos publicados em sistemas informatizados de bibliotecas como BVS, Scielo e Lilacs, entre outros.

Durante a pesquisa foram encontrados vários artigos, nos quais após a leitura foram selecionados alguns que abordavam assuntos relevantes sobre a inclusão de crianças excepcionais e a importância do AEE para as mesmas. Na busca inicial foram considerados os títulos e o resumo do artigo para realização dos possíveis trabalhos de interesse.

Após a pesquisa de campo e levantamento bibliográfico, realizou-se a leitura exploratória do material encontrado que através dessa, pôde-se obter uma visão global do material, considerando-o de interesse ou não para a pesquisa. Em seguida, efetuou-se a seleção de leituras e materiais a serem utilizados, determinando o material bibliográfico de interesse real da pesquisa.

Com a seleção dos dados, pôde-se colocar em ordem cronológica, sendo realizado o reconhecimento a partir dos seguintes aspectos que compuseram uma “ficha bibliográfica” contendo:

- Análise do material bibliográfico: apreensão das concepções acerca do tema.
- Síntese Integrativa: integrando os textos lidos, em suas diferenças e semelhanças conceituais, para realização de uma possível aproximação à concepção geral.

Por fim delimitaram-se os textos à pesquisa de campo para serem interpretados e utilizados para a abordagem do assunto proposto.

Foram utilizando palavras chaves: Crianças excepcionais, cuidados diferenciados, educação dirigida à crianças portadores de deficiência e capacitação dos profissionais para atuar com crianças excepcionais.

3.1 Sujeitos envolvidos no benefício da intervenção

Crianças com necessidades excepcionais.

3.2. Cenário da Intervenção

Deverá ser realizada em escolas de educação básica, de preferência em educação fundamental.

Para o desenvolvimento desse trabalho foi realizada na Escola Municipal de Educação Fundamental Waldemar Bastos Büller em Atibaia, localizada em uma das periferias do município, com grande número de população financeiramente carente e com crianças portadoras de alguma deficiência.

3.3. Estratégias e Ações

A compreensão das concepções sobre a inclusão de crianças excepcionais em escolas regulares desencadeiam fatores que podem alterar o modo de vida das crianças de modo a incentivar e a promover sua socialização, no entanto entendemos que, para que haja uma melhor interação entre as pessoas com necessidades especiais e as pessoas sem deficiência, o primeiro passo será de sensibilizar e capacitar todos os funcionários da instituição, professores, orientadores, enfim todos os profissionais, não excluindo os pais, que deverão ser sensibilizados, sobretudo os dos não deficientes, pois desempenharão um papel ativo no processo de inclusão ⁽⁵⁾.

Utiliza-se comumente a estratégia de primeiramente observar e conhecer cada criança e o modo como agem sobre a terapia, após são submetido à aplicação de diversas didáticas que normalmente as fazem se desenvolver, dependendo do grau de interesse que apresentavam, porém, nota-se que algumas atividades não fazem o efeito desejado em determinadas crianças e, portanto, deve-se ser adequadas à cada um.

Para a realização adequada das ações, é necessário ainda que o profissional do AEE tenha o conhecimento da deficiência e limitações que a criança apresenta, para que possa oferecer atividades adequadas às mesmas.

3.4. Avaliação e Monitoramento

As avaliações e o monitoramento deverão ser realizados diariamente, após cada dinâmica, sendo feitas de um modo diferenciado para que as crianças não se sintam pressionadas e obrigadas a realizar uma avaliação, porém deverá orientar as mesmas que as avaliações são necessárias para medir o grau do seu desenvolvimento e aprendizado, para tal, utilizam-se diferentes instrumentos de avaliação, como relatórios semestrais com observações individuais e coletivas, além dos portfólios onde estão contidas todas as observações e construções dos alunos durante a execução das atividades.

Para crianças com deficiência auditiva é necessário que se utilize uma escola bilíngue (língua dos sinais e a língua portuguesa), nos quais se destacam os momentos do Atendimento Educacional Especializado em Libras na escola comum, em que todos os conhecimentos dos diferentes conteúdos curriculares, são explicados nessa língua por um professor, sendo o mesmo preferencialmente surdo e os alunos com surdez tenha aulas de Libras, favorecendo o conhecimento e a aquisição, principalmente de

termos científicos, devendo esse trabalho ser realizado pelo professor e/ou instrutor de Libras, de acordo com o estágio de desenvolvimento da Língua de Sinais em que o aluno se encontra, no qual também deverá ser planejado a partir do diagnóstico do conhecimento que o aluno tem a respeito da Língua de Sinais, e finalmente pelo Momento do Atendimento Educacional Especializado para o ensino da Língua Portuguesa, no qual são trabalhadas as especificidades dessa língua para pessoas com surdez, devendo ser realizado todos os dias para os alunos com surdez, à parte das aulas da turma comum, por uma professora de Língua Portuguesa, graduada nesta área, preferencialmente.

“No decorrer do Atendimento Educacional Especializado em Libras, os alunos se interessam, fazem perguntas, analisam, criticam, fazem analogias, associações diversas entre o que sabem e os novos conhecimentos em estudo. A avaliação do desenvolvimento da Língua Portuguesa deve ocorrer continuamente para assegurar que se conheçam os avanços do aluno com surdez e para que se possa redefinir o planejamento, se for necessário” (6,7).

Para crianças com deficiência física inseridas em escolas comuns abertas à inclusão, tem inúmeras razões para se sentirem provocadas a desenvolverem habilidades que não desenvolveriam em um ambiente segregado.

Sabemos também que nem sempre a deficiência física aparece isolada e em muitos casos encontraremos associações com privações sensoriais (visuais ou auditivas), deficiência mental, autismo etc. e, por isso, o conhecimento destas outras áreas também auxiliará o professor responsável pelo atendimento desse aluno a entender melhor e propor o Atendimento Educacional Especializado necessário, sendo o maior objetivo que o aluno tenha um atendimento especializado capaz de melhorar a sua comunicação e a sua mobilidade.

Para a avaliação utiliza-se o Processo de Avaliação Básica, proposto pelo *Center on Disabilities da California State University de Northridge* (2006), que nos ajuda a organizar os passos necessários, desde o conhecimento do aluno, a implementação da tecnologia assistida e seguimento para observação dos benefícios que a tecnologia traz ao aluno ou a verificação da necessidade de atualização do recurso proposto, (início do histórico, identificação das necessidades, identificação dos resultados desejados, avaliação das habilidades, testagem com equipamentos, resultados atingidos- se não encerra-se essa atividade, procurando outros métodos de obter resultados positivos; se sim continua o tratamento, compra de mais equipamentos indicados, implementação de tecnologias e acompanhamento com *feed back*), “A observação do aluno servirá como avaliação essencial para pesquisar suas habilidades, no entanto, o prejuízo na comunicação traz dificuldades na avaliação cognitiva dessa criança, que comumente é percebida como deficiente mental” (8,9).

Para crianças com deficiência mental, a realização do planejamento de todo o grupo pode tomar decisões com relação às atividades e aos grupos a serem formados para realizá-las, e juntamente com a participação de todos os alunos, há socialização das crianças com deficiência mental, fazendo com que aprendam e avaliam a produção realizada no dia.

A avaliação dos alunos com deficiência mental visa ao conhecimento de seus avanços no entendimento dos conteúdos curriculares durante o ano letivo de trabalho, seja ele organizado por série ou ciclos, no Atendimento Educacional Especializado, o aluno constrói conhecimento para si mesmo, o que é fundamental para que consiga

alcançar o conhecimento acadêmico, tendo como objetivo o ponto de partida e o ponto de chegada do aluno no processo de conhecimento ⁽¹⁰⁾.

Para crianças com deficiência visual, normalmente realiza-se a avaliação funcional da visão revela dados quantitativos e qualitativos de observação sobre o nível da consciência visual, a recepção, assimilação, integração e elaboração dos estímulos visuais, bem como sobre o desempenho e o uso funcional do potencial da visão para o AEE a avaliação é realizada através da qualidade e do estilo da assinatura, procurando aperfeiçoá-las cada vez mais até alcançar o padrão estável que será adotado ⁽¹¹⁾.

A necessidade de encontrar soluções imediatas para resolver a premência da observância do direito de todos à educação fez com que algumas escolas procurassem saídas paliativas, envolvendo todo tipo de adaptação: de currículos, de atividades, de avaliação, de atendimento em sala de aula que se destinam unicamente aos alunos com deficiência, essas soluções continuam reforçando o caráter substitutivo da Educação Especial ⁽¹²⁾.

4. Resultados Esperados

Espera-se que todas as crianças atendidas pelo AEE, tenham desenvolvimentos positivos minimizando seus problemas e incluindo aos poucos na sociedade, porém sempre haverá casos nos quais a criança não se desenvolve adequadamente, e por algum outro motivo desencadeia o bloqueio ou simplesmente há perda de interesse, e em outros o desenvolvimento inexplicável e o sucesso na inclusão.

5. Cronograma

Cronograma Geral

| Atividades | Jul | Ago | Set | Out | Nov | Dez | Jan | Fev |
|------------------------------------|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|
| Elaboração do Projeto | X | | | | | | | |
| Aprovação do Projeto | | X | | | | | | |
| Estudo da Literatura | X | X | X | X | X | X | X | X |
| Coleta de Dados | | X | X | X | X | | | |
| Discussão e Análise dos Resultados | | | | | X | X | | |
| Revisão final e digitação | | | | | | | X | |
| Entrega do trabalho final | | | | | | | | X |
| Socialização do trabalho | | | | | | | | X |

Cronograma para Implantação do Projeto

| Atividades | Mar | Abr | Mai | Jun | Jul | Ago | Set | Out | Nov |
|-----------------------|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|
| Elaboração do Projeto | X | | | | | | | | |
| Aprovação do Projeto | | X | | | | | | | |
| Estudo da Literatura | X | X | X | X | X | X | X | X | |
| Coleta de Dados | | X | X | | | | | | |

| | | | | | | | | | |
|---|--|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Estruturação do local | | X | X | | | | | | |
| Preparo dos profissionais | | | X | X | X | X | X | X | |
| Inicialização do projeto | | | | | X | | | | |
| Discussão e análise dos resultados pelos gestores | | | | | | | | X | X |
| Socialização do projeto | | | | | X | X | X | X | X |

6. Referências

1. Ministério da Educação (MEC, 2003, p. 19): PIAGET, Jean. (1976). A Equilibração das Estruturas Cognitivas – problema central do desenvolvimento (1975). Tradução: Marion M. dos Santos Penna. Rio de Janeiro, Zahar Editores. Disponível em www.mec.gov.br [acessado agosto-dez/ 2014]
2. Ministério da Educação (MEC, 2003, p. 12): PIAGET, Jean. (1976). A Equilibração das Estruturas Cognitivas – problema central do desenvolvimento (1975). Tradução: Marion M. dos Santos Penna. Rio de Janeiro, Zahar Editores. Disponível em www.mec.gov.br [acessado agosto-dez/ 2014]
3. BRASIL. Saberes e Práticas da Inclusão: Dificuldades Acentuadas de Aprendizagem: Deficiência Múltipla. 2. ed. rev. – Brasília: MEC, SEESP, 2003. Disponível em www.mec.gov.br [acessado agosto-dez/ 2014]
4. BRASIL: Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Sala de Recursos Multifuncionais: espaços para o Atendimento Educacional Especializado. Brasília: MEC/SEESP, 2006. Disponível em www.mec.gov.br [acessado agosto-dez/ 2014]
5. Figueiredo R.V. Políticas públicas de inclusão: escola-gestão da aprendizagem na diversidade. In: Rosa DEG, Souza VC.(Orgs.). Políticas organizativas e curriculares, educação inclusiva e formação de professores. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
6. Damázio, Mirlene Ferreira Macedo. Educação Escolar de Pessoa com Surdez: uma proposta inclusiva. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2005. 117 p. Tese de Doutorado.
7. Dorziat A, Figueiredo MJF. Problematizando o ensino de Língua Portuguesa na educação de surdos. Revista Espaço. Rio de Janeiro: INES. nº 18/19, p. 32-41, dezembro2002-julho2003
8. Sá ED. Oficina Educação Inclusiva no Brasil: Diagnóstico Atual e Desafios para o Futuro — Relatório Sobre Tecnologias Assistivas e Material Pedagógico. Disponível em: www.bancodeescola.com [acessado em novembro/2014]

9. Bersch, R. Introdução à Tecnologia Assistiva. Texto complementar distribuído em cursos Tecnologia Assistiva. Disponível em www.assistiva.com.br, RS, 2006 [acessado em outubro e novembro/2014]

10. FIGUEIREDO, Rita Vieira & Gomes, Limaverde L. Adriana. *A emergência das estratégias de leitura em sujeitos com deficiência mental*. Anais Anped. Poços de Caldas, 2003

11. COSTA, Jane A. Adaptando para baixa visão. Brasília: MEC, SEESP, 2000. Disponível em: www.mec.gov.br [acessado agosto-dez/ 2014]

12. Dischinger, M, Machado R. Desenvolvendo ações para criar espaços escolares acessíveis. IN.: Inclusão. Revista da Educação Especial. Secretaria de Educação especial. Ano 2, nº 2, agosto/2006. Brasília: Secretaria de Educação Especial, 2006.